

RESENHAS

MILANEZ, Felipe. **Lutar com a floresta:** uma ecologia política do martírio em defesa da Amazônia. Editora Elefante, 2024, 304p.

Lutar pela floresta, lutar pela vida: ecologia política no Brasil contemporâneo

Nicole Luna de Oliveira (ra133893@uem.br)

Graduanda em Comunicação e Multimeios pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Em 2024, a editora Elefante publicou o livro *Lutar com a Floresta*, escrito pelo jornalista e ambientalista brasileiro Felipe Milanez. Em 304 páginas, Milanez narra a história de um casal de ativistas que lutava pela proteção da floresta amazônica, na cidade de Nova Ipixuna, no Pará, antes de serem assassinados, em 2011. Para a produção do livro, foi utilizada uma série de entrevistas feitas pelo jornalista em 2010.

A história de vida do casal era marcada pela defesa ao meio ambiente e pela violência, como demonstrado na obra. Maria do Espírito Santo da Silva nasceu em São João do Araguaia e passou a infância em um castanhal atravessado pelo igarapé Ubá. Seus pais eram extrativistas e viviam da coleta de castanha. Após se casar, ela teve cinco filhos e, em consonância com a realidade de muitas mulheres brasileiras, foi vítima de violência doméstica antes de obter o divórcio. Em 1986 conheceu José Cláudio Ribeiro da Silva, quando era mesária da seção em que ele votava; os dois se apaixonaram e foram viver juntos. José Cláudio também cresceu e passou sua infância no contexto da economia da castanha. Descendia de migrantes do Maranhão, de família paraense e de indígenas do povo Kayapó (Milanez, 2024).

Depois que se casaram, Maria e Zé Cláudio foram morar em uma reserva agroextrativista chamada Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranheira (PAE), em uma área de terra pertencente à União, na região Sudeste do Pará. O casal e mais quinhentas famílias viviam do extrativismo da castanha e de outros frutos produzidos pela própria floresta e, em troca, preservavam a flora e fauna contra o avanço do agronegócio.

O casal se engajou no ativismo ambiental depois de se mudar para o assentamento. Anteriormente extrativistas, os dois começaram a atuar na Associação de Pequenos Produtores do Projeto Agroextrativista Praia Alta Piranheira (Apaep), conforme se tornaram cientes dos riscos à floresta e das ameaças dos grandes latifundiários. Além de conservar e liderar o projeto,

os dois também realizavam uma série de denúncias ao Ibama contra as atividades ilegais, como desmatamento e produção de carvão, que aconteciam na região.

De acordo com Milanez, os dois foram responsáveis por cerca de dezesseis denúncias, cartas e informações sobre crimes ambientais entre 2001, quando começaram a ser ameaçados de morte, e 2011. Enquanto José Cláudio conversava com os criminosos, Maria tirava fotos das cargas e formalizava as acusações “[...] O objetivo político do casal era transformar o mundo a partir de onde viviam” ou seja, para o casal a luta é que define a atividade cotidiana dos ambientalistas, pois é “[...] É na luta que se faz o futuro, que se transforma o mundo. Ao se conhecerem as estruturas de dominação, emerge a rebeldia dos sujeitos. Sujeitos que se posicionam como sujeitos coletivos, que lutam por ‘sonhos coletivos’” (Milanez, 2024, p. 74).

O ativismo de Maria não defendia somente a preservação ambiental e a reforma agrária, mas também a igualdade de gênero. Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, ela produziu diversos textos, além de atuar como educadora e líder de projetos sociais em Nova Ipixuna. Ela era recém-formada no curso de Pedagogia do Campo, na Universidade Federal do Pará, em Marabá, quando teve sua vida interrompida. Muitas vezes, como Maria contou ao autor, ela lecionou para aqueles que depois viriam a persegui-la e oprimi-la.

191

Na escola local, ela tentava levar conhecimento básico, mas também transmitir a importância da floresta. Além de atuar como educadora, foi também membro do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), uma ONG criada por Chico Mendes, e líder da Associação de Pequenos Produtores do Projeto Agroextrativista Praia Alta Piranheira (Apaep).

A sua metodologia de ensino não desvalorizava os conhecimentos locais, tampouco menosprezava as condições das mulheres que participavam do Projeto de Assentamento Agroextrativista. Sua linha de pensamento se assemelhava ao ecofeminismo da ativista india Vandana Shiva, pois ela defendia firmemente a ideia de que a educação permitia a tomada de consciência crítica, principalmente das mulheres, que poderiam transformar o mundo (Shiva, 2013 apud Possebon; Colacios, 2022, p. 21).

Segundo Puleo (2017), o termo ecofeminismo foi usado pela primeira vez pela feminista francesa Françoise d’Eaubonne em um artigo sobre a superpopulação, publicado em 1974. Atualmente, entende-se que o ecofeminismo visa a aumentar o protagonismo feminino nas discussões relacionadas ao meio ambiente, contribuindo também em pautas antes negligenciadas pelos tomadores de decisão, visto que ele questiona segmentos que não são considerados tão economicamente relevantes, e ao fazer isso, quebra padrões que antes estavam fixos em critérios como produtividade, renda e as formas de produção (Siliprandi, 2000 apud Possebon; Colacios, 2022).

Lutar com a Floresta transmite a ideia de que a liderança de José Cláudio era mais destacada em comparação com a de Maria, como evidenciado no capítulo do livro dedicado às entrevistas com ambos. O capítulo sobre José Cláudio abrange 59 páginas, enquanto o de Maria possui apenas 29.

Em consonância com a pesquisa de Rayza Sarmento a respeito da representatividade da mulher nos meios de comunicação e na política, pode-se inferir que a obra acaba, inevitavelmente, reforçando a imagem de mulher 'frágil e submissa', que cumpre mais um papel de auxílio e suporte, em vez de protagonismo.

O assassinato de José Cláudio e Maria aconteceu em 2011, mas somente dois anos depois os criminosos foram condenados. A investigação só teve início após o crime ganhar repercussão internacional, durante o mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff. Este caso evidencia a complexa relação entre o sistema de justiça brasileiro e os interesses dos detentores do poder (grandes empresários, latifundiários, grileiros e fazendeiros). De acordo com Milanez, o juiz de primeira instância escreveu em sentença, que foi posteriormente anulada, que José Cláudio e Maria “contribuíram de certa maneira” para seus assassinatos.

Houve, neste interim, a comoção de grande parte do movimento ambiental brasileiro. Greenpeace Brasil denunciou que “o fazendeiro José Rodrigues Moreira, o mandante do assassinato de Zé Claudio e Maria, está foragido desde 2013. Em 2016, o Tribunal do Júri do Pará o condenou a 60 anos de prisão após a anulação de um julgamento em 2013 que o absolveu do crime. Os executores, Alberto Lopes do Nascimento e Lindonjohnson da Silva Rocha, estão presos. Lindonjohnson [irmão de José Rodrigues e um dos executores do assassinato] fugiu da Penitenciária Mariano Antunes, em Marabá (PA) em novembro de 2015, mas foi recapturado em agosto do ano passado.” (Greenpeace, 2021). Manter a floresta em pé é um grande desafio, pois vai contra fatores naturais e, principalmente, antropológicos. Conforme Milanez (2024), é necessário coragem e ousadia para lutar em um espaço de violência no sul e sudeste do Pará.

O último balanço do Imazon relatou que novembro de 2024 foi o sexto mês consecutivo de aumento no desmatamento e na degradação na Amazônia, com as áreas desmatadas registrando um aumento de 41% em 2024, em comparação com 2023. As florestas degradadas (com danos causados pelo fogo ou pela extração madeireira) registraram um aumento de 84% no mesmo período. O líder em desmatamento e degradação em novembro do ano passado foi o estado do Pará. Segundo o sistema de monitoramento do instituto, no estado foram desmatados 95 km² de florestas (58% do detectado na Amazônia) e degradados 1.118 km² (39% do registrado na região). Segundo, ainda, o Imazon, o Pará também teve nove assentamentos entre

os 10 mais destruídos, sendo eles: Nova União, Surubim, Ouro Branco, Paraíso do Norte, Serra Azul, Paraíso, Ademir Fredericce, Renascer II e São Sebastião do Tutuí.

A história do Brasil, desde o período da colonização, é marcada pela violência. Com o pretexto de “civilizar” as terras recém-descobertas, os portugueses dizimaram povos indígenas e devastaram grande parte da flora e da fauna. Não só os nativos sofreram, como também os negros, que foram escravizados e trazidos à força para sustentar a colônia. Durante a ditadura civil-militar de 1964, os ditadores intensificaram as ações exploratórias e, sob o pretexto desenvolvimentista do capitalismo, torturaram, assassinaram e perseguiram aqueles vistos como “entraves” ao avanço da sociedade. A ditadura teve grande influência das classes dominantes, principalmente das oligarquias latifundiárias, que foram protegidas e amparadas pelo Estado enquanto massacraram diversos militantes engajados na causa ambiental. Milanez destaca no livro que os donos dos castanhais foram beneficiados por uma medida da ditadura, em 1976, que regularizou grilhagens “com um decreto que permitia incluir nos aforamentos os excessos de área, até 50% da área aforada” (2024, p 114).

A obra de Milanez demonstra eficazmente como o Estado opera sob uma lógica necropolítica, ao evidenciar que o poder público brasileiro legitima a eliminação do meio ambiente e de seus defensores para atender a interesses minoritários. Afinal, como Adichie Mbembe explica, “matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais [...] a racionalidade da vida passa pela morte do outro; ou que a soberania consiste na vontade e capacidade de matar para possibilitar viver” (2015, p. 129).

De acordo com o último relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a ocorrência de conflitos no campo cresceu desde 2015, passando de 564 para 1056 casos. No mesmo período analisado, o Brasil registrou um salto de 325 conflitos pela terra para 824. A CPT afirma que esses dados refletem uma realidade de altos índices de violência no campo.

A luta de Maria e Zé Cláudio era inspirada nos escritos de Paulo Freire. Em sua análise, eles entendiam que a falta de um senso crítico dos indivíduos, principalmente dos agricultores, levava a uma alienação perigosa, pois eles participavam da destruição da natureza sem mensurar os impactos que essas ações teriam em suas próprias vidas. Segundo Milanez, a alienação, na concepção de Maria, era de toda a classe agricultora, que não assumia sua responsabilidade ética e aceitava ser oprimida. Ao contrário; aceitava ser escravizada. É a servidão voluntária do oprimido, que defende o opressor. Ou como a própria Maria relatou na entrevista: “o sonho sempre inalcançável de ser igual ao opressor. O desejo do caboclo de se tornar o senhor. A mentalidade do pequeno que quer ser grande, do assentado que quer ser fazendeiro” (Milanez, 2024, p. 84).

A lógica capitalista promove uma ideia de progresso social que resulta na exploração desenfreada de recursos naturais. Apesar desse impacto significativo, ela persiste devido à alienação que promove ao vender um modo de vida cada vez mais “prático e confortável”, o que resulta na precarização de muitas vidas. De maneira que o sujeito contemporâneo é, como Sodré (2015) escreveu, moldado para ser consumidor antes de ser cidadão.

Tal alienação é o principal mecanismo de perpetuação do capitalismo, conforme o ativista francês Félix Guattari apontou na sua obra *As Três Ecologias*, porque ela afasta os indivíduos da consciência de que eles são parte da natureza, logo, se a destruírem, também sofrerão as consequências. Segundo o autor, a lógica capitalística destroi não apenas a natureza, mas também as relações sociais e a subjetividade (Guattari, 1989). Isso significa que o atual modelo econômico é responsável por aproximar os humanos cada vez mais da rapidez maquinica que Jonathan Crary mencionou em seu livro *Capitalismo Tardio e os Fins do Sono* (2014).

O ativismo de Maria se configura como um ambientalismo popular, pois ela se posicionava contra o modelo de desenvolvimento hegemônico e a privatização do comum, ou como Milanez disse: “se assemelha à ideia do ecologismo dos pobres e dos movimentos por justiça ambiental” (2024, p. 59). Os movimentos por justiça ambiental são importantes mecanismos de reivindicação dos direitos humanos, assim como de condições básicas de vivência em um ambiente sustentável e equilibrado.

194

O ambientalismo popular parte do pressuposto de que o povo exerce justiça. O papel da comunidade é o de pressionar o Estado a atender às suas demandas, bem como de monitorar o poder público, visando uma convivência saudável e plena. Ou, como diria Guattari, “a questão ambiental não pode ser dissociada das práticas sociais e das formas de subjetividade” (1989, p. 30).

Apesar dos desafios impostos pelo próprio sistema necropolítico, a tomada de consciência individual tem o poder de mobilizar uma comunidade e, assim, promover uma pequena mudança, uma resistência à automatização do capitalismo. Pois, segundo o já mencionado Guattari, é necessário reinventar formas de subjetividade que resistam à massificação.

Seguindo tal práxis, a irmã de José Cláudio, Claudelice dos Santos, criou o Instituto Zé Cláudio e Maria, em 2021, com o objetivo de levar a educação ambiental às comunidades tradicionais do sudeste paraense, além de proteger as lideranças amazônicas ameaçadas de morte. No instituto, Claudelice atua como coordenadora a fim de manter vivo o sonho de

explorar a floresta, de maneira sustentável, e promover a ecologia através da mobilização popular.

O jornalismo de massa segue a mesma lógica de produção capitalista: produzir informações com base na demanda. Para atender às expectativas desse sistema, ele é influenciado pelos interesses da elite, que investe na sua circulação. Porém, o jornalista independente trabalha em paralelo aos grandes *newsrooms*, buscando ir contra a influência elitista. As entrevistas de Milanez exemplificam o potencial do jornalismo independente, pois demonstram a proximidade e o respeito do jornalista com os entrevistados, conforme evidenciado no trecho: “A entrevista foi intensa. Ela chorou, eu chorei, todo mundo chorou [...] Estava com receio de decepcioná-los, pois era jornalista e não tinha a rede de contatos necessária” (Milanez, 2024, p 25).

No contexto do ecofeminismo, segundo Sarmento (2013), o ato de comunicar tornou-se, dentro do ativismo de mulheres, a forma de expandir as lutas, de se conhecerem em um contexto transnacional, pois ele possibilita que os grupos socialmente excluídos tenham uma oportunidade de amplificar as suas vozes e reivindicar os seus direitos. Esse poderoso mecanismo também foi discutido por Donna Haraway, no seu Manifesto Ciborgue, onde ela sugere que a tecnologia pode ser um meio para desafiar as hierarquias de poder tradicionais.

195

Dizer que o feminismo deve ver na tecnologia não uma ameaça, mas uma oportunidade de reconfigurar as relações de poder e identidade (Haraway, 1991, p. 155), significa que, através das plataformas digitais, como redes sociais e blogs, as mulheres de diversas origens podem articular suas demandas e construir redes de solidariedade globais, pois assim será possível subverter a centralização do poder em instituições patriarcais dominantes.

Não é possível repor as vidas que foram tiradas, mas é essencial manter vivo os propósitos e as causas que defendiam. O papel fundamental de jornalistas e comunicólogos é garantir que as pessoas sejam ouvidas e que suas histórias sejam transmitidas com a dignidade que merecem. Os meios de comunicação devem, antes de tudo, servir à população, e não aos interesses de uma minoria. A prevalência do sensacionalismo na mídia, em contraste com uma cobertura ética, tende a exacerbar a opressão das minorias já marginalizadas pela sociedade. Contudo, há um trabalho árduo a ser feito para transformar a realidade e promover a mudança desejada de forma contínua.

Referências

BARON, D. et al. **Colheita em tempos de seca**: cultivando pedagogias de vida por comunidades sustentáveis. 1. ed. Marabá: Instituto Transformance, 2011.

CHAMORRO, P.; ROSA, J. **Mulheres na Conservação**. In: **Compasso Coolab**, 2019. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/39RXKOXbbdMTpApIhAlkrS?si=16e7101c319e483d>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CRARY, J. **24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

GREENPEACE BRASIL. **Zé Cláudio e Maria**: quando a violência dá lugar à esperança, 2021. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/ze-claudio-e-maria-quando-a-violencia-da-lugar-a-esperanca/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. São Paulo: Papirus, 1989.

HARAWAY, D. J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do séc. XX. In: TADEU, T. (org.). **Antropologia ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 35-48.

IMAZON. **Desmatamento e degradação têm sexto mês consecutivo de aumento na Amazônia**. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-e-degradacao-tem-sexo-mes-consecutivo-de-aumento-na-amazonia/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

196

MILANEZ, F. **Lutar com a floresta**: uma ecologia política do martírio em defesa da Amazônia. Elefante, 2024.

POSSEBON, B. G. B.; COLACIOS, R. D. O ecofeminismo em debate: teorias, ação política e educação ambiental. In: SILVA, A. J. N. da (org.). **Educação enquanto fenômeno social**: currículo, políticas e práticas 3. Ponta Grossa: Atena, 2022. p. 22-34.

SARMENTO, Rayza. Mídia, gênero e política: breve mapeamento de horizontes analíticos. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, v. 1, n. 5, p. 1-15, 2013.

SODRÉ, Muniz. Mídia, ideologia e financeirização. **Oficina do Historiador**, v. 8, n. 1, p. 135–157, 2015.

TOXIC AMAZON. Direção: Felipe Milanez. Distribuição: Vice, 2011. 108 min.

Resenhas

Recebido em: 26 mar. 2025.

Aprovado em: 13 ago. 2025.